

Revista

DIRETRIZ

E DEPOIS?



Constituímos uma sociedade em que predominam o oportunismo, o imediatismo, o pragmatismo, sem maiores reflexões sobre os efeitos das nossas leis e dos nossos atos.





ALCOOLISMO

Estudo revela que o alcoolismo já é a terceira maior doença do país

Parece uma praga a devastar a vida das pessoas, levando-as ao sofrimento, à desunião familiar, à desintegração social e pessoal, à perda da identidade, impedindo a sua evolução.

Não havendo nenhuma restrição ao consumo de álcool no Brasil, exceto aos menores de dezoito anos e para os que dirigem veículos, a compra e venda de bebidas alcoólicas parecem aumentar cada dia mais, como se seu uso fosse benéfico à saúde, sem prejuízo algum para o equilíbrio humano.

A publicidade, ou seja, a propaganda em todas as áreas de comunicação, vem incentivando cada vez mais o consumo de álcool, como se fosse fator de sucesso, de consideração social, de modernidade, de despojamento, de autenticidade...

Mas não é nada disso!

O alcoolismo, tão exaltado nos nossos dias, não é apenas uma doença, como a Medicina tem preconizado, nem apenas uma doença incurável que pode ser tratada, mas é também um fator, digamos assim, de “fuga” psicológica, de “apoio” psicológico, de “refúgio”, de “ocultação” da realidade, sendo, muitas vezes, o afastamento ilusório do medo, da insegurança e da frustração.

Ora, se o Alcoolismo é uma doença, que, apesar de ser incurável mas tratável, como afirmam os médicos, é também um desajuste psicológico, pa-

rece evidente que, para curar uma Pessoa dependente do álcool torna-se preciso, não apenas a desintoxicação (absolutamente necessária nos casos mais graves), como o tratamento médico e psiquiátrico, para tirar a Pessoa do estado de desnutrição e de angústia e ansiedade.

Mas isso tudo não basta, se a Pessoa assim tratada não receber ensinamentos da Filosofia do Bem, com novos conceitos da vida, das Pessoas e de si mesma, para que, valorizada como Ser Humano, adquira um novo sentido da vida, sabendo quem é, para onde vai e porque existe. E também para que descubra que não está só, e que tem toda potencialidade para mudar para melhor o seu caminho existencial.

Não adianta condenar – é preciso ensinar! Não adianta lamentar – é preciso aprender!

A sociedade e cada um de nós somos responsáveis pela situação de alcoolismo em que muitas Pessoas – que não são do mal – se encontram. E se nada fizermos para mudar essa situação, responderemos perante as Leis de Deus, pela nossa indiferença, pelo nosso desprezo, pela nossa agressividade, pela nossa inércia e até mesmo pela nossa revolta injustificada e injustificável.

Vamos refletir!

E depois.... agir em benefício da Humanidade!

É POSSÍVEL SER FELIZ

O Cristianismo não é um caminho de sofrimento, mas um caminho de evolução. E, segundo a Filosofia Diretriz, que é uma filosofia cristã, é possível ser feliz nesta vida, evoluindo conscientemente, trocando o sofrimento pela lição.

O cristão deve ter fé, deve ser otimista, deve aprender a vivenciar os Princípios Cristãos, convicto de que, se estiver no Bem, poderá realizar os seus projetos nesta vida, fortalecendo o corpo e a mente, e iluminando o Espírito.

Vamos interpretar a nosso favor e conforme o Bem a poesia de Roberto Barbosa Abreu :

A VITÓRIA DA VIDA

Pobre de ti, se pensas ser vencido!

Tua derrota é caso decidido

Queres vencer, mas como em ti não crês

Tua descrença esmaga-te de vez

Se imaginas perder, perdido estás

Quem não confia em si marcha para trás

A força que te impele para frente

É a decisão firmada em tua mente

Muita empresa esboroa-se em fracasso

Ainda antes do primeiro passo

Muito covarde tem capitulado

Antes de haver a luta começado

Pensa em grande, e os teus feitos

crescerão

Pensa em pequeno, e irás depressa ao chão

O querer é o poder arquipotente

É a decisão firmada em tua mente

Fraco é aquele que fraco se imagina

Olha ao alto o que ao alto se destina

A confiança em si mesmo é a trajetória

Que leva aos altos cimos da Vitória

Nem sempre o que mais corre a meta
alcança

Nem mais longe o mais forte o disco lança

Mas o que, certo em si, vai firme e em
frente

Com a decisão firmada em sua mente"

Educação é como uma plantinha a ser cuidada

Hoje temos que entender as crianças porque muitas ainda não adquiriram vícios através de nossas atitudes e daquilo que vêm na Humanidade que influenciam no materialismo desenfreado.

Procurando me colocar ao lado da minha filha que apresentou um dificuldade de convivência, valorizei todo dia bom que ela tinha vivido e somente um acontecimento não bem compreendido não poderia estragar todo o resto.

Muitas vezes pelo próprio egoísmo poderia deixar essa grande oportunidade de Deus passar.

Temos que decidir que se não ajudo as pessoas dentro da minha própria família quando estiver necessitando receber uma ajuda não irei receber porque não é justo.

Tudo que nós passamos, valorizando as oportunidades, veremos que uma contribuição muda uma vida.

Resolvi sentar com minha filha que se apresentou desesperançosa e falar que ela é importante e que eu estava do seu lado para apoiá-la. Ela entendeu perfeitamente e decidiu por vontade própria buscar no conhecimento sabedoria para agir com princípios.

Falei para ela que com a ajuda de Deus não importava a situação que ela estiver passando, aprendendo o Bem, que é o desenvolvimento das virtudes, entre elas o Amor, Alegria, Bondade, Gratidão, Esperança, Respeito, Fé.

Todas as virtudes desenvolvidas e em desenvolvimento, apresentam-se como um círculo energético, que gera força, e que pode construir efetivamente no mundo inteligível (livro "Princípios", autora Mariangela Campos Machado).

Acreditar que a criança não é a malcriação que se expressou; nem a nota negativa que tirou na escola. Ela é filha de Deus e tem direito ao Bem.

Viver vale a pena, aprendendo que no Mundo existe uma Ordem de Deus; aderir a essa ordem que é o Bem.

Agradecer a Deus por tudo e por todas as pessoas que ele colocou em nosso caminho.

JOSÉ CARLOS MENDES ANTUNES

Valorizar o Ser Humano - Fazemos parte da mesma Humanidade

“As coisas são como as gotas d’água nos rios, que passam e não voltam mais”, disse Heráclito (livro “Quando as Luzes se encontram”, autora Mariangela Campos Machado).

Me ajudou a enxergar nas coisas simples da vida uma oportunidade para fazer uma mudança. No pensamento a verdade de cada um, só a pessoa sabe o que está construindo em seu mundo.

Precisei fazer um trabalho do qual não conseguiria realizar sozinho. Apresentou-se o aluno do Curso Preparatório II, o senhor Luis Heleno, disposto a me ajudar. Isso foi o que eu imaginava, quando na verdade quem me ajudou foi ele com a sua simplicidade de Homem que está saindo da situação de morador de rua.

Passamos algumas horas agradáveis juntos e tive a oportunidade de presenciar que não sabemos nada da realidade das pessoas que fazem parte do nosso dia. Ele me falou que a Esperança nunca pode ser perdida, assim como outras virtudes, e que tudo tem um propósito maior.

Me falou também que ao conversar com a gerente do banco que foi retirar o PIS disse que conhecia ele de algum lugar. Ele falou que os dois eram vizinhos e ela ficou pensando alguns minutos e só então ele resolveu falar que ele dormia na frente da agência bancária que ela trabalhava e assim ela passava por ele todos os dias.

O que prestei mais atenção nesse senhor é que em seu relato não havia tristeza, mágoa, ódio, e sim a oportunidade de ser visto como filho de Deus e não pelos bens materiais que poderia ter.

Hoje olho para a Humanidade como um todo sem fazer essa distinção e peço a Deus poder enxergar as oportunidades de evolução espiritual para não desperdiçá-las.

Agradeço a Deus por ter aprendido com o Luiz Heleno a valorizar a igualdade e a simplicidade.

JOSÉ CARLOS MENDES ANTUNES

O SENTIDO DA VIDA

As pessoas que descobriram a importância do amor e da liberdade, para a construção de um mundo melhor em benefício da Humanidade.

Um descompasso ou passo que é impossível enxergar, criado sobre sua mente, que impede de você raciocinar.

Mas por isso que rimo sigo.

Só Jesus é amigo e só Ele pode me guiar.

Toda verdadeira felicidade é obra daquele que a experimenta.

Os grandes ensinam caminhos que são para vencermos e para chegar é preciso até o fim percorrê-los.

E nunca será livre aquele que não obteve domínio de si mesmo.

Palavra do Senhor.

Buscando a felicidade, buscamos necessariamente as outras.

Por acréscimo, a alegria, o amor, a paz, o respeito, a humanidade, a paixão, a saúde, a fé, a esperança, a força, a coragem, a tolerância, a fraternidade, a justiça.

O Bem é a recompensa de um só aprendizado criado, chamado de GRATIDÃO.

ALEX MENIZA





Justiça Social Cristã *Da teoria à prática*

PARTE II

2. Do programa de ação político-social cristã – reflexos constitucionais

Através da Mensagem nº 343/1.985 e da Emenda Constitucional nº 26/1.985 o Presidente da República à época, José Sarney, convocava a Assembléia Nacional Constituinte. Dois anos mais tarde, em 01/02/1987, com os discursos de instalação e posse do acontecimento, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, declararia eleito o Deputado Ulisses Guimarães, presidente da Constituinte. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio de seu Presidente Dom Ivo Lorscheiter, em 31 de janeiro de 1.987, véspera da instalação do evento, também se manifestaria: O momento político em que vivemos é de transição de todas as formas...[1]

Na prática, desde a 23ª Assembléia Geral, ocorrida em Itaici (SP) no período de 10 a 19 de abril de 1.985, já se preparavam as formulações de intenções atinentes à vindoura Constituinte de 87. Neste sentido, a Presidência da CNBB ouvira à época desde leigos a especialistas, objetivando a restauração democrática, ausente no período da ditadura militar. O relatório a seguir reproduzido foi entendido como uma verdadeira Carta de Intenções, cujos objetivos eram almejados pela ala menos radical da Igreja Católica, no sentido de priorizar a defesa da cidadania dos necessitados:

A PREPARAÇÃO DA CONSTITUINTE E A NOVA CONSTITUIÇÃO 1. Não compete à Igreja apresentar um projeto de Constituição nem um projeto de convocação da Constituinte. Deve, no entanto, estimular os leigos a exercer sua missão de cidadania política; 2. Permanece o direito e até o dever de a Igreja apresentar um conjunto de proposições que garantam a aplicação das "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", inclusive divulgando-as através dos MCS – meios de comunicação social (cf. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, n.º 68); 3. A participação popular no processo político deve ser estimulada, em todos os níveis, pela Igreja, por ser um direito fundamental do cidadão; 4. A participação popular será mais consciente e eficaz quando exercida em grupos organizados,

incluindo-se na missão da Igreja colaborar para a formação dos quadros intermediários da sociedade civil e conseqüente fortalecimento da organização política da Nação; 5. Esta Assembléia delega à Presidência a decisão quanto à oportunidade e ao modo de participação da CNBB no processo de preparação da Constituinte e na elaboração da Constituição, com ampla presença da sociedade ao lado dos partidos políticos; 6. Cabe à Presidência designar uma comissão de leigos e Bispos que, de forma permanente, acompanhe todo o processo político em questão, mantenha o episcopado devidamente informado e providencie subsídios que conscientizem e ajudem nossas comunidades para preparação da Constituinte e elaboração da Constituição.[2]

Demonstra-se, portanto que a CNBB viria a atuar de maneira bastante incisiva durante a formação da Assembléia Nacional Constituinte, sem, contudo, que suas aspirações e as da comunidade cristã alcançassem a representatividade almejada. A opção preferencial pelos pobres teria feito com que as causas em que a CNBB se envolvesse ficassem maculadas por um intenso aspecto de indignação (reforma agrária, estabilidade de emprego, defesa das minorias, etc.) o que, via de regra, também atrairia a atenção de deputados de esquerda, que não necessariamente eram católicos, o que, conseqüentemente, teria dificultado a formalização de uma união. Ademais, não teria havido um consenso entre os blocos de parlamentares ligados à Igreja Católica e aqueles ligados a parlamentares evangélicos na defesa dos necessitados. O grupo protestante no Congresso Constituinte fez lobby junto a parlamentares que defendiam assuntos mais ligados ao aborto, combate a drogas, pornografia e jogos de azar (os mais divulgados pela mídia à época) o que teria afastado uma concentração ideológica sobre questões que mobilizassem diretamente a defesa dos

[1] Disponível in
[<http://www.orecado.org/2009/07/promessa-de-uma-assembleia-nacional-constituente/>]. Acessado em 13/03/12.

[2] Acessado em 05/04/2012 in
[<http://arquiocesedecampogrande.org.br/arq/formacao-igreja/documentos-da->

necessitados, levando, desta maneira, cada grupo religioso a defender a vitória da causa a que se dedicara.

As propostas enviadas pela CNBB à Constituinte, basicamente, se compuseram de emendas subscritas a partir de quatro propostas referentes à educação, ordem econômica, liberdade religiosa e direitos da família. A preocupação central da CNBB e de todas as entidades sintonizadas com as causas populares passaria necessariamente pela questão da reforma agrária e sua imediata concretização. Sua representação ficaria a cargo do então Deputado Constituinte Plínio de Arruda Sampaio do Partido dos Trabalhadores e membro da chamada esquerda católica.[1] Em que pese as tentativas de seu afastamento, teria atuado intensamente como articulador da CNBB, inclusive fazendo parte do bloco suprapartidário de articulação da Igreja e como membro na Comissão de Acompanhamento da Organização do Estado e Subcomissão de Municípios e Regiões. Esta Subcomissão de Municípios e Regiões, aliás, teria ganhado destaque naquela oportunidade em face do crescente aumento da população urbana no Brasil e o consequente crescimento, sem planejamento mais acurado, da organização territorial. Acompanhando estas reivindicações o direito de propriedade e à moradia foram intensamente demandados pelos cristãos para que fossem incluídos como direitos fundamentais. Em relação ao direito à moradia, desafortunadamente, sua inclusão somente viria a ocorrer com a emenda 26 do ano de 2.000.

A participação cristã na Constituinte, conforme já frisamos, também foi bastante intensa na Comissão da Ordem Social, a qual enfrentaria temáticas variadas e importantes em relação à proteção dos excluídos, corroborando com marcante incidência no atual texto constitucional, inclusive, sobre assuntos que, posteriormente, viriam a ser (re)aventados através de Emendas Constitucionais, porém baseadas em suas proposituras iniciais. Suas colocações integram, em nossos dias, os direitos sociais (Título II – Capítulo II) e os capítulos I, II, VI e VIII do Título VIII – da ordem social, além de dispositivos dispersos por toda a Constituição Federal.

Destaque-se, por fim, que esta Comissão foi subdividida, basicamente, em outras três subcomissões: (a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos: - (baixa representação da CNBB). Foi quem formalizou, inicialmente, os direitos sociais na Constituição e dentre os itens que não lograram sucesso nestas fases iniciais (mas dentro do processo constituinte) estariam a estabilidade de emprego, jornada de quarenta horas semanais e redução da idade para aposentadoria; (b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente: (em que houve a mais ativa representação da CNBB). O grande problema enfrentado por esta Subcomissão teria sido o excesso de especificidade dos temas, tendo em vista que cada um dos três tópicos (Saúde, Seguridade e Meio Ambiente) possuía complexidades específicas e tratá-los num mesmo Comitê teria dificultado bastante os debates; (c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias: – (houve média representação da CNBB). Foram realizadas nove audiências públicas em seu plenário, mais uma na aldeia Gorotire dos índios Kayapós e uma visita à Casa de Detenção da Papuda, no Distrito Federal. Negros, indígenas e portadores de deficiências (físicas e sensoriais) ocuparam a maior parte dos trabalhos da Subcomissão, mas, também foram ouvidos representantes de diversas outras minorias ou grupos discriminados. Foi considerada a Subcomissão que permitiu a maior expressão de movimentos e grupos que sofriam algum tipo de marginalização ou discriminação.

[1] Havia controvérsias sobre a representação da CNBB na Constituinte. Uma ala mais conservadora da Igreja Católica afirmava que não se podia mais aceitar como conselheiros nas Assembléias da CNBB, muito menos como representantes dela na Constituinte, pessoas como Plínio da Arruda Sampaio, que votava pelo aborto e pelo divórcio; ou Hélio Bicudo que, conhecido por posições opostas aos princípios cristãos, ameaçava de público levar o Papa ao Tribunal de Haia. Para maiores detalhes vide [<http://www.providaanapolis.org.br/mortatana.htm>]. Acessado em 28/12/11.

E OS PRINCÍPIOS?

Discute-se hoje muito sobre a maioria e minoridade penal, sobre os crimes praticados por jovens adolescentes e até mesmo por crianças, sendo dirigida a discussão para o objetivo da obtenção de penalidades mais duras, mais pesadas para os infratores. Assim discutindo, fechados a qualquer argumento contrário, os que pregam a imposição de penas mais severas a pretexto de diminuir os crimes e a violência praticados por menores de dezoito anos no Brasil.

Contudo, esquecem que a violência e a criminalidade não surgiram do nada, nem têm origem apenas na miséria, na pobreza, na marginalidade social.

Existe uma causa primeira, que antecede a todas essas: a ausência de princípios morais, éticos. Ou seja, falta a esses menores um sentido da vida, uma filosofia de vida e uma motivação para a prática do Bem. Pois Seres Humanos não são “coisas”, nem podem ser tratados como “coisas”.

Quando são tratados como coisas, tratam os outros também como coisas, medindo os outros como são medidos. É a Lei revelada nos Evangelhos: “Na medida em que medirdes vos medirão a vós”.

O que dizemos não justifica, não ameniza, não inocenta os jovens delinquentes. Pelo contrário, entendemos que devem pagar pelos crimes cometidos, conforme a Justiça e as Leis em vigor.

O que queremos demonstrar é que não serão as penas mais severas, nem a diminuição da minoridade penal que vão reduzir os crimes e a violência, mas que, sem o ensinamento de Princípios, tudo continuará como está.

SAUDADES

Talvez quando “leres este”, esse que hoje te escreve não terá mais vida.

E esses olhos cansados de derramarem lágrimas denatei somente já estejam fechados para sempre.

Sentirá saudades da minha boca, que unia desesperadamente a sua na certeza de ser amado.

Sentirá saudades dos meus olhos, que procuravam os teus na certeza que esse céu jamais se acabaria.

Sentirá saudades dos nossos castelos de areia, que caíram por terra no sopro de sua indiferença.

Eu continuarei aqui vivendo de saudades até que a morte lembre-se de mim.

Nesse dia você verá uma estrela meio apagada no céu. Serei eu já no firmamento velando por sua felicidade ao lado de quem realmente amarás.

E quando tiveres um filho mostre a ele aquela estrela meio apagada no céu dizendo:

Meu filho, você está vendo aquela estrela meio apagada no céu; ela vive de saudades.

Que é para você lembrar de mim quando seu coração já tiver me esquecido.

“Nada é tão poderoso quanto uma ideia cujo tempo chegou” – Victor Hugo

Hoje, o tempo da Fraternidade já chegou. A Lei da Fraternidade já está trazendo as mudanças em todo o mundo. Esta Lei transformará nosso Planeta, colocando o Homem na posição correta, que é o de Filho de Deus.

Se quisermos participar deste tempo, devemos nos empenhar em adquirir o conhecimento necessário. Como sabemos, a Fraternidade primeiro deve estar em nossa consciência, como um princípio, depois esse princípio nos levará ao hábito da virtude, e então ao seu desenvolvimento prático e vivência.

Como princípio, é o reconhecimento dos direitos e deveres que todos temos como Filhos de Deus.

Refletindo sobre esse princípio, vamos começar a perceber onde e quando está sendo aplicado e quando não está.

Por exemplo, o ano passado, foi possível ler num site da internet, na mesma página, notícias tão opostas, que na maioria das vezes passam despercebidas, como simples “reportagem”. Uma notícia era sobre pessoas que estavam sendo despejadas de casas por falta de pagamento de aluguéis ou prestações e as pessoas desesperadas, ninguém a defendê-las. Noutra “matéria”, logo a seguir, falavam das 200 pessoas mais ricas do mundo....

Poucas pessoas percebem a gravidade de tal situação, fala-se de crise econômica, o que a falta do “dinheiro” faz com as famílias, com os países... mas não percebem que esta crise mostra o grau de falta de fraternidade, a desvalorização do Ser Humano, o consumismo desenfreado e sem sentido.

É cruel, ver a quantidade de nossos irmãos em situação de miséria, passando fome, falta de tratamentos médicos, psicológicos e todos os outros, para os quais a sociedade fecha os olhos e fica admirando os mais

ricos, os mais bonitos, os mais poderosos.

Uma sociedade que se comporta desta maneira está doente.

Porém, enquanto a Fraternidade não for estabelecida, estas e muitas outras notícias continuarão a ser consideradas “normais”.

Depois de assimilarmos o princípio da Fraternidade, teremos que nos perguntar o que nós estamos fazendo na prática, para mudar?

O meu trabalho é só para ganhar dinheiro e só para o sustento e benefício da minha família, dos meus interesses pessoais?

Só se sobrar eu dou para quem precisa? Não tenho que fazer nada porque isso é problema do governo?

Posso fazer alguma coisa? Se me colocasse no lugar das pessoas, o que gostaria que fosse feito?

Enquanto tivermos irmãos com fome e sede, sem roupa, na prisão (física e espiritual), estaremos distantes da Fraternidade Universal.

Se Fraternidade é a garantia dos direitos e deveres do Ser Humano (direito à vida, à integridade física, psicológica e espiritual e o direito às virtudes) e dos direitos complementares (alimentação, moradia, estudo, trabalho, tratamento de saúde, etc), estes direitos devem incluir todos os Seres Humanos, sem exceção, pois todos fazemos parte da mesma Humanidade.

De acordo com a Filosofia Diretriz, que segue a Filosofia Cristã, a Fraternidade é possível, e seu tempo já chegou.

Dediquemos maior esforço em estudar, pensar, refletir, buscar soluções para que possamos participar ativamente deste momento de transformação.

Claudia Beltrame



Proposta de Tratamento

Recentemente a dependência química tem sido alvo de muitos debates nas mais diversas esferas da sociedade, principalmente após a iniciativa do governo de ação conjunta com o judiciário a fim de promoverem a Internação Compulsória.

As drogas em geral têm invadido as famílias sem discriminação de idade, classe social, nível cultural ou nacionalidade. Trata-se de uma tarefa extremamente complexa apontar quais são as melhores diretrizes para o tratamento eficaz desta enfermidade que traz tantos prejuízos às pessoas, às famílias e às sociedades, impedindo o desenvolvimento natural do ser humano integral.

E qual deveria ser o caminho do tratamento adequado?

O projeto do Governo do Estado propõe o seguinte: 1) Abordagem dos doentes (realizada nas ruas, são convidados e encaminhados ao CRATOD –Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas); 2) Avaliação médica (médicos avaliam se há necessidade de tratamento e emitem laudo para internação); 3) Internação: poderá ser voluntária (se o candidato aceitar o tratamento) ou compulsória (se o candidato estiver em estado crítico e se recusar a se submeter ao tratamento). O tratamento leva em média 6 meses e “acaba” assim que o cidadão com a doença crônica da dependência química é liberado da internação.

Se o tratamento estagnar nesta etapa sabemos que foi insuficiente e na maioria das vezes em vão.

Temos estudado tanto nas aulas de Ética quanto na de Fraternidade a real importância de se olhar, sentir e agir com igualdade e respeito (sem julgamentos) em relação aos nossos irmãos. Tal princípio deveria ser o primeiro a ser aplicado na acolhida aos irmãos dependentes, sem este não há como dar um segundo passo.

Depois deveria haver espaço para um diálogo, uma conversa franca na qual se deve a princípio escutá-los, ouvir sua história de vida, quais são suas principais angústias, necessidades, anseios, intenções, enfim, conhecer um pouco mais da pessoa que sirva de referência para identificá-la inicialmente. Esta interlocução é importante para aproximar ambos os lados em igualdade de condições e para dar um incentivo ao dependente em desperta-lhe a vontade (temporariamente perdida) de buscar auxílio e mudar de vida. Durante a conversa é que surgiria o convite à internação que o dependente poderá entender como uma porta de entrada ao tratamento global e contínuo (afinal, trata-se de uma doença crônica).

Uma vez aceito o convite para o tratamento é de extrema importância se estabelecer uma programação que envolva atenção psicológica e psiquiátrica;

atividades físicas, artísticas e culturais (teatro, música, etc); oficinas de cursos de curta duração; trabalho coletivo de manutenção dos espaços em comum (limpeza, cozinha, horticultura, conservação geral, etc); bibliotecas, videotecas, as quais poderiam incluir espaços para estudos e auditórios. Tais auditórios serviriam a diversos fins, desde apresentação de palestras ou exibição de filmes instrutivos, até para lecionar aulas abertas, incluindo essencialmente aulas de filosofia e Ética, que servissem de base para a reestruturação mental e comportamental dos indivíduos. Além da psicoterapia, a atenção dos psicólogos poderia também focar orientação vocacional, objetivando os mais jovens e estudantes, mas se estendendo aos adultos inclusive.

Deste modo, o período da internação não se resumiria à um período de “contenção” somente e sim parte de um processo reeducativo visando os 3 aspectos do Ser: o físico, o mental e o espiritual.

Antes de serem reinseridos ao meio externo, no processo chamado socialização, os internos poderiam frequentar cursos de capacitação ou participar diretamente de processos seletivos (de acordo com suas habilidades ou inclinações) em empresas parceiras conveniadas (parceria público-privada), previamente cadastradas junto ao Governo do Estado e/ou Federal o qual poderia fornecer incentivos fiscais para tal fim.

Deste modo, então, após a saída da internação, o irmão (irmã) dependente químico teria chances de recomeçar uma vida renovada, retornando ao seu lar com novas perspectivas, com uma ocupação profissional que lhe forneça uma renda e um programa de tratamento continuado no qual seria acompanhado e reavaliado periodicamente pela equipe multidisciplinar que lhe acolheu no início e continuasse a lhe dar o suporte imprescindível para a retomada de uma vida independente e feliz. Obviamente que tudo parte do pressuposto e respeito à Lei do livre-arbítrio, daí a imensa importância de trabalharmos o “despertar da vontade” atributo inato do ser humano sem o qual não haverá real libertação das drogas. A Esperança precisa ser renovada no dia a dia, continuamente...

Pode até parecer um tanto idealizado, mas como bem ensinava Platão “somente o que existe no mundo das idéias poderá se refletir no mundo sensível”. E se para Deus “nada é impossível”, devemos acreditar e construir modelos de tratamento cada vez mais humanizados de modo que sua existência material seja apenas uma questão do tempo e da ação das Leis divinas.



Reflexões sobre a realidade brasileira

Dois recentes artigos publicados no caderno “Aliás”, do Jornal O Estado de São Paulo, nos oferecem importante reflexão sobre a atual sociedade brasileira, por meio da análise do consumismo, no artigo “Nem sei se posso, mas quero”, entrevista feita ao economista e filósofo Eduardo Gianetti e por meio da análise dos últimos fatos violentos ocorridos no Rio de Janeiro, no artigo intitulado “O país do autoengano”, no qual foi entrevistado o psicanalista e filósofo André Martins Vilar de Carvalho.

No primeiro artigo o entrevistado destaca que no Brasil compramos a ideia do bem posicional, que é aquele em que o proprietário pensa que as pessoas passam a respeitá-lo e admirá-lo mais porque pode desfilá-lo, um carro, uma grife, um luxo. Ideia essa propagada há mais de dois mil anos pelo romano Petrônio: “Só me interessam os bens que despertam no povo a inveja de mim por possuí-los”.

Eduardo Gianetti diz também que estamos vivendo uma corrida armamentista do consumo, pois o bem posicional sempre se renova. Isto é, no momento em que todos têm acesso a um bem de consumo, outros novos são inventados. “É como uma corrida armamentista: sempre teremos novos e diferenciados objetos de desejo. Vivemos num círculo de consumo vicioso que parece não ter mais fim”.

Tudo isso é agravado pela enorme desigualdade social em que vivemos.

O artigo aponta que fazemos a parte fácil e superficial do consumo imediato, mas temos muita dificuldade, como nação, para dar estrutura às novas demandas da sociedade de maneira sustentável e ordenada e conclui: “A vida cotidiana é conturbada. É um pesadelo vivido pela sociedade inteira, independentemente da classe social”.

O entrevistado constata: “O deslumbramento pelo consumo não pode durar para sempre. Em algum momento a sociedade brasileira precisará amadurecer.”

No segundo artigo, na qual é feita a

análise dos últimos fatos violentos ocorridos no Rio de Janeiro, o entrevistado André Martins Vilar de Carvalho diz ter a sensação de que “tudo é feito hoje no País apenas para montar uma fachada que esconde nossos problemas mais profundos. Isso é perigoso e favorece junto a pessoas com menos estrutura psíquica a ideia de que esta é uma terra de ninguém, onde tudo pode ser feito, inclusive crimes hediondos”. O professor sustenta que as psicopatias, embora individuais e independentes de formação ou classe social, relacionam-se inevitavelmente ao descaso persistente com a primeira infância em nosso país.

Coloca que, no caso do Rio de Janeiro, as UPPs são uma política possível, que age de maneira razoável e eficaz contra o crime organizado e o tráfico de drogas. Ocorre que, a violência que emerge agora não é fruto desse contexto e sim de diversos direitos que foram negados à sociedade ao longo do tempo, e o que se vende é que as UPPs são uma iniciativa bem-sucedida de um Rio de Janeiro pacificado. O que não é verdade.

O entrevistado aponta que “o Brasil vive uma espécie de capitalismo desenvolvimentista selvagem que não quer gastar dinheiro com o social, interessando-se pelo lucro a qualquer custo. E que não temos um pacto social, não existe um discurso de construção de fato de um país para todos. O que existe e o que é aceito, são interesses individuais ou de pequenos grupos mesquinhos, mas não uma disposição de pensar no coletivo.”

Aponta também que, “a propagação, seja por interesses de mercado ou financeiros, de um ideal de corpo perfeito, de felicidade financeira perfeita, cria uma pressão psicológica social que suscita nas pessoas que se percebem distantes desses ideais um mal-estar, que pode se expressar em ressentimento. Que, em casos graves, pode se expressar em violência, destruição em relação a essa sociedade em que elas não se encaixam

André Martins Vilar de Carvalho nos questiona: “Do que a gente está se vangloriando tanto? De que as classes C, D e E possam consumir? Isso é muito bom em vários aspectos. Agora, a possibilidade de consumir vir à frente da sociedade ter um pacto coletivo, sentir-se coletivamente envolvida numa melhor distribuição de renda, com melhorias na saúde, na educação e na moradia, é uma visão deturpada do coletivo. E a violência é uma face disso.”

O ponto comum entre os dois artigos é a constatação de que na nossa sociedade falta o interesse pelo coletivo. Concluímos que a enorme onda de violência que vem ocorrendo é fruto do individualismo exagerado, agravado pelo consumismo. A falta de atenção e identificação com o outro nos faz vivenciar os mais diversos problemas, alguns muito graves.

Interessante notar que esses dois artigos vão ao encontro da colocação feita no livro “Concórdia”, de Mariângela Campos Machado, “O Brasil progrediu, tecnológica e cientificamente, mas ainda há muita desigualdade, muita violência, muita discriminação, muito materialismo, e uma perda vertiginosa dos valores espirituais e éticos, prevalecendo apenas os valores úteis, como o dinheiro, o poder, o conforto, etc. Infelizmente, na nossa sociedade o que vale é o “ter” e não o “ser”. Quem tem dinheiro é respeitado, quem não tem, desprezado.”

Em que pese o triste cenário, podemos contar com a filosofia Diretriz que tem nos revelado novos conceitos e reafirmado os valores do Bem. Por meio do conhecimento das leis de Deus

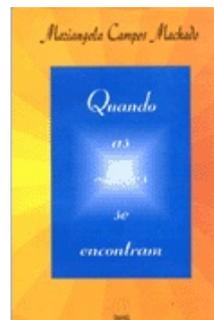
, em especial a Lei da Evolução Consciente, seguindo os princípios da filosofia Diretriz e com a vivência das virtudes temos plenas condições de trazermos para nossa vida, seja em que aspecto for, a supremacia dos valores espirituais sobre os valores úteis, o resgate dos valores éticos e morais e mais, ao vivenciarmos a filosofia Diretriz estamos ajudando todos àqueles que fazem parte da nossa vida, dessa forma, ajudaremos nossa sociedade a não ser mais o país do futuro, mas sermos de

fato uma nação alegre, generosa e fraterna, como há muito temos sonhado.

<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso%2cnem-sei-se-posso-mas-que-ro%2c918670%2c0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-pais-do-autoengano,1017818,0.htm>

Carolina Vizeu



Escrito há 15 anos atrás, cumpre-se hoje a previsão deste livro, de entrada em vigor da Lei da Fraternidade, trazendo consigo profundas alterações, benéficas a quem aderir a esta Lei. Exemplos disso são as crises europeia e americana, que caminha a passos largos para o Brasil: a saída é a Fraternidade!